

Último recurso

O clima festivo de Paris, onde estão cerca de 35 chefes de governo, não tem sido obstáculo para que assuntos polêmicos e, sem dúvida, urgentes ocupem o tempo e as preocupações de muitos dos convidados de Mitterrand para as comemorações do segundo centenário da queda da Bastilha. Esse desvio de rota decorre até mesmo dos caprichos de uma agenda que marcou, simultaneamente, a reunião dos países ricos, acirrando o problema da dívida, no velho conflito Norte-Sul.

Entendem os líderes latino-americanos, entre eles os presidentes do Brasil e da Venezuela, presentes aos festejos, que o mundo não pode mais continuar dividido entre ricos e pobres, uma discriminação que passa dos limites quando os destinos de muitos são decididos por uns poucos, sem compromisso com os quase quatro bilhões de habitantes do Terceiro Mundo.

Na verdade, devido até mesmo às dimensões que o governo francês determinou para o evento, o conflito Norte-Sul está até mesmo na recepção aos convidados: Mitterrand recepciona os convidados ricos, cabendo ao premier Michel Rocard, numa outra dependência, receber os demais convidados. Algo como o Country Club de outros tempos.

A dívida do Terceiro Mundo deixou de ser, há muito tempo, uma questão me-

ramente econômica, a ser tratada entre credores e devedores. Seu conteúdo político, evidente e intenso, já não basta, também, para orientar as negociações. O problema, hoje, vai mais além, mergulhando fundo num impasse social de consequências previsivelmente desastrosas.

E assim, sob esse prisma novo, que os países ricos devem encarar a situação dos devedores. Será um grave erro de perspectiva histórica não ouvir o clamor que parte de todos os continentes, como uma dura e realista advertência de quem não tem saída visível para os seus problemas.

O governo brasileiro já colocou na mesa as suas mais legítimas reivindicações e se dispõe a negociar um acordo que não seja lesivo aos interesses do País. Os credores, de um modo geral, não demonstram sinais de receptividade e, ao contrário, retardam a solução para que o tempo funcione como instrumento de pressão sobre Brasília.

Há divergências entre os sete grandes quanto ao limite de concessões possíveis. É provável que da reunião de Paris não resulte qualquer posição conclusiva, o que parece indicar outras prioridades do seletivo grupo.

A insensibilidade dos credores pode obrigar alguns países devedores, como os da América Latina, a adotarem medidas de autodefesa, em conjunto ou isoladamente. Como última alternativa.